

Apresentação

PROF. BERNARDO DA GAMA LOBO XAVIER

Senhor Director da Escola de Direito,
Senhor Professor Miguel Ayuso,
Senhores professores, caros estudantes,
Senhoras e senhores

Senhor Professor Bigotte Chorão, patrono deste Colóquio Internacional:

Entregar a um Homem de Ciência o padroado de um Colóquio Científico nos domínios que durante décadas cultivou é porventura a maior homenagem que se pode fazer a um espírito e a um método. Sendo tal Homem uma personalidade aberta ao mundo, dar ao colóquio a qualidade de encontro internacional, em que intelectuais – dos países de raiz latina e sobretudo ibérica – debatem as grandes questões do nosso tempo é ainda homenagem a um modo arejado de tratar os problemas, em que se ultrapassa o limite – sempre demasiado estreito – das percepções da Ciência pátria.

Por isto, a organização deste Colóquio e seu patrono estão de parabéns. Permitam-me que formule as minhas felicitações, cumprimentando o Prof. Mário Emílio Bigotte Chorão, meu bom amigo e mestre, e toda a Sua família, que aqui vejo reunida.

É sina destes Encontros que ao homenageado se depare a conduzir as sessões antigos alunos e discípulos. Pois eu me reivindico como discípulo: e isto demanda alguma explicação. Na verdade, tendo-se Bigotte Chorão dedicado à propedêutica e metodologia jurídicas e à filosofia do Direito, assumir-me como discípulo seria demasiada pretensão da minha parte e demasiado comprometimento para o ilustre homenageado.

De facto, a discipularidade que eu reclamo tem a ver com um sector menos conhecido de uma obra e de uma vida dedicada à ciência e à docência.

E, para me explicar, peço vénia para alguma evocação pessoal.

Era eu ainda um estudante do liceu e pude conhecer, na casa materna, um amigo de meus irmãos, jovem docente universitário, vindo a Braga participar em congresso sobre questões sociais. Recordo ainda tópicos da conversa ao jantar, em que discorreu repousadamente Bigotte Chorão (esse jovem docente) sobre corporativismo de associação e sindicalismo livre, coisas então de novidade.

Passaram alguns anos. Também “in illo tempore”, mas já eu era estudante de Coimbra, fui escutar esse mesmo jovem docente, regressado por um dia à velha *alma mater*, nossa comum cidade universitária. Recordo apenas uma passagem da conferência, pois estava-se no fim do Inverno, mal tinha chegado o meio do ano, não era ainda época de atenção e estudo: Bigotte Chorão mencionava um título que ligava Gustavo Corção a Chesterton (“Três alqueires e uma vaca”). Ora eu admirava o grande autor inglês e os seus luminosos paradoxos e – talvez mais ainda – estimava o grande ensaísta brasileiro. Essa afinidade despertou a minha atenção para as questões sociais que Bigotte Chorão expunha, limpidamente.

Estes contactos fugazes viriam a frutificar mais tarde, já este que vos fala era um jovem licenciado que se deixara fascinar pelo Direito do trabalho. Tinha-se fundado então o Instituto de Estudos Sociais, de que é herdeiro o ISCTE, e iniciava-se aí o estudo do Direito do Trabalho. Ora Bigotte Chorão – no dealbar da nova Lei do Contrato de Trabalho, surgida em 1966 – rapidamente fez correr umas Lições. Esse compêndio, logo depois ampliado e aperfeiçoado, tornava-se o primeiro texto sistematizado e concluído sobre Direito do trabalho. Recordo como, contactando então mais estreitamente com o Autor e a obra, me admirou a perfeição do manual universitário. E, também, o profundo sentido ético e humanista (ou, melhor, cristão), quando falava do trabalho, trabalho “na sua dimensão espiritual e corpórea, algo, dir-se-ia, em que convergem o espírito e as mãos do homem” (assim dizia Bigotte Chorão).

Pois bem. É como cultor de Direito do Trabalho que me reclamo de discípulo de Bigotte Chorão, numa actividade que à época (no final de 60 até ao início de 70) ele tomou com dedicação e mestria. Evoco as jornadas de Direito do Trabalho em Sevilha e S. Paulo, em que Bigotte

Chorão, à testa de delegações de juslaboristas portugueses, impressionou vivamente os interlocutores estrangeiros. E são dessa época estudos realizados na docência universitária da Faculdade de Direito de Lisboa (como sobre o método em Direito do Trabalho), a que se seguiriam outros textos de grande relevância.

Como é justo também que os discípulos se revejam nos mestres, queria dizer o que aproveitei do pensamento do Prof. Bigotte Chorão e como lhe estou grato por me ter despertado para estas coisas e confirmado o apelo que o Direito do Trabalho me tinha lançado...

Receio, Senhoras e Senhores, que esta evocação não esteja à altura de Bigotte Chorão como mestre juslaborista e que, também, roube tempo à conferência do Prof. Miguel Ayuso, que quero antes de mais cumprimentar efusivamente, exprimindo-lhe o quanto nos honra a sua presença.

Tenho a imerecida honra de apresentar o Prof. Ayuso. Apresentar, mas sem vos poder sequer iniciar – Senhoras e Senhores – na senda dos grandes problemas do Direito que o distinto professor espanhol vai desenvolver: “LAS APORÍAS PRESENTES DEL DERECHO NATURAL (DE RETORNO EN RETORNO)”.

Na verdade, Senhoras e Senhores, trata-se aqui, para empregar a feliz expressão de Bigotte Chorão, de uma viagem ao centro do Direito. O que equivale a uma viagem ao centro da terra e (ai de mim...!) não tomei – na expressão de Gustavo Corção, escritor de todos nós predilecto – as necessárias “Lições de Abismo”. Mas em todas estas matérias nos poderá dar essas lições o conferencista de hoje Prof. Miguel Ayuso.

Tentando uma apresentação despretensiosa, direi aqui que este conhecido professor de Direito Constitucional (da Universidade Pontifícia de Comillas) tem um impressionante *curriculum* de publicista (mais de uma dezena de livros sem contar aqueles em que é co-autor, muitos traduzidos, e cerca de 300 artigos). O Prof. Miguel Ayuso é um intelectual e homem da cultura e, se vejo bem as coisas, tem estado sempre muito próximo de uma rica corrente do pensamento tradicional ibérico de fundas raízes na filosofia tomista (certamente seguras afinidades com o modo de pensar de Bigotte Chorão). Ayuso tem versado os grandes problemas políticos e jurídico-constitucionais do nosso tempo e as temáticas do Estado e da norma (advertindo severamente sobre a degradação da lei) num sentido de vigorosa afirmação do Direito natural (também na linha das predileções do nosso homenageado de hoje). No mesmo

rumo, as páginas expressivas sobre a corrupção do Direito, as tentações dos neofeudalismos ou dos judicialismos, a degenerescência e a governamentalização da lei, e a crítica ao entendimento formal da norma, ela própria tantas vezes divorciada da solicitude pela justiça e pelo bem comum.

Ora precisamente aí, num plano mais político, Ayuso tem bradado pela “reabilitação da política como ciência do bem-comum”. Estes são alguns tópicos de sempre, magnificamente tratados na obra do conferencista.

Miguel Ayuso forjou as suas armas no pensamento ibérico sobre Direito natural, num desassombrado amor pela hispanidade que não exclui o reconhecimento da portugalidade. Disse: “desassombrado”... é isso mesmo! Miguel Ayuso é um intelectual desassombrado, de uma catolicidade afirmativa, distante da permissividade e tibieza dos relativismos. Penso que tudo isto se tornou raro, infelizmente raro, mesmo nas Universidades Católicas.

Concluo. Há no ensino de Ayuso palavras fortes, que nos tocam porque tocam a verdade. Ele avisa-nos: “Quando o Estado perde a sua dimensão moral, ele deixa de ser o conglomerado estável das instituições e dos cidadãos e converte-se no próprio lugar da desordem... A coisa pública já não é uma coisa nem uma realidade”.

Assim nos fala Ayuso. Aqui vos deixo, Senhoras e Senhores, esta antecipação, que me atrevi a traduzir, do pensamento do nosso conferencista de hoje.

Pedindo desculpa por ter abusado da Vossa paciência, dou de imediato a palavra ao Prof. Miguel Ayuso. Muito obrigado.